

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

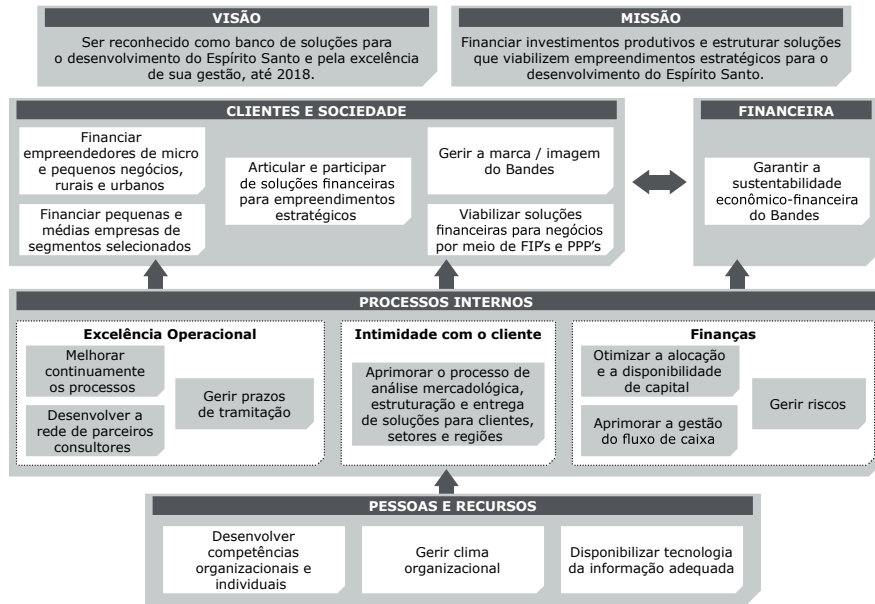
O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES, em observância aos preceitos legais, em especial aos dispositivos baixados pelo Banco Central do Brasil, submete à apreciação este Relatório da Administração referente ao primeiro semestre de 2018 – acompanhado das Demonstrações Contábeis e do Relatório dos Auditores Independentes, no qual são destacadas as ações e comentários seguintes.

1. A EMPRESA

O BANDES é uma empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento, sendo o Governo do Estado seu acionista majoritário. Possui a missão de financiar investimentos produtivos e estruturar soluções que viabilizem empreendimentos estratégicos para o desenvolvimento do Espírito Santo. Em seu nível estratégico, o objetivo síntese dos esforços do BANDES é ser reconhecido como o banco de soluções para o desenvolvimento do Espírito Santo e pela excelência de sua gestão, até 2018.

O seu Plano Estratégico 2017-2022, denominado “BANDES Rumo à Excelência”, contempla o amadurecimento das práticas de gestão, tendo como base o Modelo de Excelência da Gestão, da Fundação Nacional da Qualidade e o Balanced Score Card (BSC), composto por um Mapa Estratégico e um painel de bordo, em que os objetivos estratégicos, indicadores de desempenho e projetos estruturantes são insumos para o seu gerenciamento.

IMAGEM 1: Mapa Estratégico – BANDES 2017-2022



2. PERSPECTIVA DE CLIENTES E SOCIEDADE

No primeiro semestre de 2018, o investimento total aprovado foi de R\$ 73,4 milhões, totalizando 1.282 operações aprovadas.

A carteira de crédito do BANDES encerrou o primeiro semestre totalizando R\$ 1,06 bilhão.

2.1. Financiar empreendedores de micro e pequenos negócios, rurais e urbanos

Em consonância com esse objetivo o BANDES, até junho, aprovou 1.255 operações para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, no valor total de R\$ 47,5 milhões. Para as médias e grandes empresas foram aprovadas 27 operações, referentes a R\$ 25,9 milhões. O valor médio das operações do banco, ao longo do primeiro semestre de 2018, foi de R\$ 57 mil, resultado da prevalência do apoio à micro e pequenos empreendedores. Para pessoas físicas, importa destacar os recursos destinados às famílias de agricultores via PRONAF: 173 operações aprovadas e R\$ 8,6 milhões.

A distribuição espacial dos investimentos aprovados registra o domínio do apoio aos empreendimentos localizados no interior do Espírito Santo, com 1.136 operações aprovadas e, na região da Grande Vitória, 146 operações. Em valor, do montante total aprovado, R\$ 18,5 milhões foram para a Grande Vitória e R\$ 54,8 milhões para os demais municípios.

O BANDES também atua com os seguintes programas:

- Construção de Barragens e Reservação de Águas: foram 53 contratos, no valor total de, aproximadamente, R\$ 3,9 milhões.
- Seguir Crescendo: Programa focado em microempresas formalizadas; foram realizadas 861 contratações, no valor total de R\$ 15,8 milhões.
- Avicultura de Corte e Postura: Programa focado em modernização; foram realizadas 7 contratações, no valor total de R\$ 2,2 milhões.
- Agroindústria de Leite e Derivados: Programa de apoio à criação de bovinos para leite e à fabricação de laticínios, foram 21 operações; no valor total de R\$ 2 milhões.
- NOSSOCRÉDITO: Programa de microcrédito do Governo do Estado que desde 2003 apoia iniciativas de empreendedores em todo o Espírito Santo, numa parceria entre o BANDES, Banestes, Sebrae, Aderes e Prefeituras. No primeiro semestre foram R\$ 23,6 milhões contratados em 3.159 operações de crédito junto ao Banestes.

2.2. Financiar pequenas e médias empresas de segmentos selecionados

O BANDES tem como objetivo apoiar novos setores da economia capixaba, como o de inovação, economia verde, economia criativa, turismo e a cadeias produtivas, por meio de linhas de crédito com condições específicas para cada um desses segmentos.

- Economia Criativa: foram aprovados investimentos totais de R\$ 5,8 milhões no primeiro semestre: R\$ 5,2 milhões de recursos BANDES e R\$ 543 mil por meio do Programa NOSSOCRÉDITO.
- Inovação: foram aprovadas duas operações, com investimento total de R\$ 905 mil.
- Turismo: foram aprovados no primeiro semestre R\$ 7,9 milhões, sendo R\$ 5,3 milhões de recursos BANDES, R\$ 672 mil com recursos do FUNGETUR e R\$ 1,9 milhão por meio do NOSSOCRÉDITO.

2.3. Articular e participar de soluções financeiras para empreendimentos estratégicos

- INVEST – ES: Entre os programas conduzidos pelo BANDES, vale destacar a atuação do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo - INVEST-ES, no qual o BANDES é agente técnico e secretaria executiva. O INVEST-ES é um programa de incentivos fiscais a investimentos que concorram

para a renovação tecnológica e o aumento da competitividade das empresas instaladas no Espírito Santo. Somente no primeiro semestre deste ano, foram enquadrados 15 projetos, representando investimentos da ordem de R\$ 5,7 bilhões e projetando a geração de 1.367 empregos diretos. Destaque-se também a emissão de 12 laudos de constatação de investimentos em 06 municípios do Estado.

- Reflorestar: Programa do Governo do Estado com o objetivo promover a restauração do ciclo hidrológico por meio da conservação e recuperação da cobertura florestal, gerando oportunidades de renda para o produtor rural, estimulando a adoção de práticas de uso sustentável dos solos. No primeiro semestre foram celebrados 494 contratos de pagamentos por serviços ambientais, totalizando 2,4 mil hectares de área a ser preservada ou recuperada, e desembolsos de R\$ 7,9 milhões para 1.115 projetos.

2.4. Gerir a marca e imagem

No 1º semestre de 2018 o BANDES continuou aprimorando suas estratégias de comunicação, criando o índice de favorabilidade que mede penetração e conformidade das notícias do banco nas mídias espontâneas (imprensa e eletrônica), incluindo-o inclusive em suas metas institucionais de acompanhamento mensal. Além disso, iniciou-se o trabalho de monitoramento de conteúdos e penetração nas redes sociais.

Veículos de comunicação dirigida, tais como, o BANDES em Pauta (público interno) e Whatsapp BANDES (lide-ranças empresariais e de governo) foram modulados para garantir legitimidade às ações estratégicas do banco e auxiliar na sua gestão da marca e da imagem junto aos seus stakeholders.

O investimento do BANDES em patrocínio ganhou um viés mais mercadológico e tem oportunizado visibilidade para posicionamento da marca e da imagem do Banco ao mesmo tempo em que contribui para prospecção de novos clientes, por meio de ações de marketing e participação em eventos, que possibilitam a articulação em diversos fóruns no Estado.

2.5. Viabilizar soluções financeiras para negócios por meio de FIP's e PPP's

FIP's (Fundos de Investimento em Participações)

O BANDES segue realizando ações de forma consistente e estruturada para oferecer soluções financeiras via FIP's.

No 1º semestre foram realizadas Reuniões de Trabalho e do Comitê de Investimentos dos Fundos de Investimentos em Participação Criatec III e PRIMATEC, dos quais o BANDES é cotista e que já estão na fase de investir em empresas com alto potencial de crescimento. Algumas propostas foram analisadas e aprovadas pelo Comitê de Investimentos, inclusive de empresas capixabas. Estas estão em fase de due diligence e possivelmente receberão aporte dos fundos no segundo semestre.

PPP's (Parcerias Público Privadas)

Tendo em vista que o BANDES firmou parceria para Estruturação de Projetos de PPP junto aos Municípios, assinado pelo BANDES, BNDES e ABDE em 2017, juntamente com outras Instituições Financeiras de Desenvolvimento, com o objetivo de consolidar a cooperação entre o BNDES e as Instituições Financeiras de Desenvolvimento para implantação de atuação conjunta e articulada na prestação de serviços aos municípios para estruturação de Projetos de PPP, que poderá estruturar a PPP de iluminação de Vila Velha.

Em 2018 o BANDES passou a compor, com dois representantes, o Grupo de Trabalho Executivo criado pelo Conselho Gestor de PPP's do Estado do Espírito Santo, que está acompanhando e analisando o processo de modelagem da PPP de Resíduos Sólidos do Consórcio Público para Tratamento e Destinação Final Adequada de Resíduos Sólidos da Região Norte do Estado do Espírito Santo (CONORTE), que foi construído por 15 municípios do norte do estado.

3. PERSPECTIVA FINANCEIRA

3.1. Garantir a sustentabilidade econômico-financeira do BANDES

O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 459,6 milhões, crescimento de 2,3%, em relação a junho de 2017.

No primeiro semestre de 2018, o BANDES registrou prejuízo líquido de R\$ 10,1 milhões, decorrente da restrição da capacidade de pagamento de parte dos seus clientes, principalmente por produtores rurais dos municípios do norte e do noroeste do estado, ainda afetados pelos efeitos econômicos da crise hídrica que atingiu o estado a partir de 2014. O crescimento da inadimplência elevou consideravelmente as provisões de crédito de liquidação duvidosa – PCLD, que atingiram R\$ 44,5 milhões neste 1º semestre. Para reverter esta situação, foram realizados procedimentos de regularização de dívidas com a renegociação de cerca de 1,8 mil contratos, representando R\$ 55,2 milhões em saldo de contrato.

4. PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS

4.1. Melhorar continuamente os processos

Diversas ações foram implementadas para melhorar os processos, com destaque para o redirecionamento da atuação dos gerentes de relacionamento para atuação em projetos do segmento corporativo.

O acompanhamento da captação de clientes e da efetividade da conversão em negócios passou a ser mapeado por meio da construção e avaliação de indicadores de atendimento e prospecção de propostas. Entre os meses de maio e junho, foram realizados mais de 400 atendimentos a clientes novos e em prospecção, incluindo visitas comerciais a 23 entidades representativas do setor produtivo, como FINDES, SENAI, Sebrae, CDLs e Associações Comerciais e de Serviços. Além disso, foi construída a Matriz de Competitividade Comercial, na qual constam as principais condições de financiamento dos principais concorrentes do BANDES no mercado capixaba, buscando fortalecer o conhecimento sobre os concorrentes em busca de melhorar os argumentos de venda por meio do reforço das nossas vantagens e busca por melhorias no nosso perfil competitivo.

4.2. Desenvolver a rede de parceiros consultores

O BANDES fechou o primeiro semestre com 95 consultores, distribuídos nos segmentos rurais, urbanos e corporativos, bem como 106 agentes de microcrédito, qualificados e alinhados com a missão social do BANDES. Nesse semestre ocorreram encontros de alinhamento e treinamento com os consultores do Programa Reflorestar, do segmento urbano e corporativo e pela 1ª vez com consultores rurais corporativos.

Também foi realizado o 13º Encontro Estadual do Programa NOSSOCRÉDITO, visando o alinhamento da atuação comercial e a configuração de trabalho integrado com a equipe do segmento microcrédito (NOSSOCRÉDITO e Seguir Crescendo).

4.3. Gerir prazos de tramitação

No 1º semestre de 2018 o BANDES deu continuidade às ações relacionadas à redução do prazo de tramitação das solicitações de financiamento, com a alteração no fluxo do processo visando maior agilidade de tramitação. E, também, foi intensificada a resolução de pendências das operações de crédito e reforçado o acompanhamento do retorno de contratos de financiamento com o objetivo de reduzir o tempo de tramitação nessas duas etapas.

4.4. Gerir riscos

No 1º semestre de 2018, foi aprovada a Declaração de Apetite por Riscos (RAS), visando formalizar os níveis de apetite aos principais riscos aos quais o BANDES está exposto, em observância ao estabelecido na Resolução CMN nº 4.557. Nesta declaração estão estabelecidos, dentre outros, o objetivo e o escopo da declaração de apetite por riscos, a estrutura de governança de riscos, os conceitos referentes aos níveis de riscos e a descrição do nível de apetite por riscos e seus controles associados.

Outra importante ação desse semestre foi a implementação de “Critérios e Procedimentos para Análise do Risco Socioambiental de Projetos”. O objetivo desta norma é estabelecer os critérios e procedimentos a serem adotados na análise do risco socioambiental dos projetos financiados pelo BANDES, em todas as fases do processo. Foi criado pela portaria PRESI nº 04 o grupo de trabalho para adequar o BANDES ao cronograma estabelecido pelo Banco Central do Brasil para a implementação do Projeto IFRS 9, o qual visa alinhar o Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional às práticas internacionais, sendo necessário o estabelecimento de novos critérios para estimar as perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Em atendimento à Lei nº 13.303/2016, a qual dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, foram aprovadas a Política de Porta Vozes, a Política de Transação com Partes Relacionadas, a Política de Distribuição de Dividendos e a Política de Divulgação de Informações do banco. Em relação à participação das atividades econômicas na Carteira de Crédito Total, merece destaque a redução contínua da participação da cultura de café: em dezembro de 2016 era de 46,8%, passando para 45,6%, em junho de 2017, e 41,9%, em junho de 2018. A Carteira de Crédito do BANDES encerrou o primeiro semestre totalizando R\$ 1,06 bilhão, sendo composta por 83,9% contratos classificados nos níveis de risco AA-C. Nesse período, houve a recuperação de R\$ 15 milhões de créditos inscritos em prejuízo. A inadimplência, acima de 90 dias, encerrou o semestre em 11,9% e o risco médio da Carteira, indicador que relaciona o saldo de provisão com a carteira de crédito, foi de 8,8%.

5. PESSOAS E RECURSOS

O Banco encerrou o primeiro semestre de 2018, com 173 colaboradores, 96,5% (167) destes com formação superior completa, dos quais 43,1% com pós-graduação.

5.1. Desenvolver competências organizacionais e individuais

Até o dia 30 de junho se apurou um total 2.228 horas de treinamentos de curta duração. Além disso, quatro

colaboradores cursam pós-graduação lato sensu com apoio financeiro do Bandes, que objetiva com isso promover o desenvolvimento profissional e institucional.

5.2. Gerir clima organizacional

O programa de qualidade de vida no trabalho“BANDES Viva Bem”2018, durante o primeiro semestre, promoveu ações com foco na prevenção de doenças e no incentivo à prática de atividade física. Desenvolveram-se ainda ações solidárias de arrecadação de alimentos para vítimas das fortes chuvas no sul do estado e de livros para escolas carentes da Grande Vitória. A realização de ações vinculadas à SIPAT neste ano focaram na orientação postural com ajuste nos equipamentos e mobiliários quando necessário, em atividade anti-estresse individualizada e em palestra com psicóloga sobre saúde mental. Os temas propostos refletem positivamente no bem estar do colaborador em seu ambiente de trabalho e consequentemente no clima organizacional. Em relação às ações para motivação e engajamento, pode ser registrado a apuração do Ciclo 2017 da Gestão de Desempenho com aplicação da meritocracia, com 85 colaboradores contemplados (54% do total de colaboradores que participaram desse Ciclo 2017), e a pactuação dos novos desafios para o Ciclo 2018. Cada colaborador possui suas metas individuais definidas e conhecimento dos resultados estratégicos e organizacionais desejados.

5.3. Disponibilizar tecnologia da informação adequada

Neste semestre, além das demandas de manutenção dos sistemas corporativos, novas funcionalidades em T.I. foram implementadas, como: evoluções no site e aplicativo, melhorias no canal de denúncias, adequação de layouts de arquivos BNDES para novo ano-safra, desenvolvimento do APA BNDES, EDF-REINF, Sistema Comum de Operações Rurais – SICOR, Registro Comum de Operações Rurais – RECOR, funcionalidades para renegociação de dívidas, desenvolvimento de funcionalidade de projetos urbanos para plataforma web. Também realizou licitação para contratação de serviço de desenvolvimento em regime de fábrica de software.

7. NOTAS

Os números apresentados são resultantes de um trabalho articulado com as demais instituições públicas do Estado, com terceiros, parceiros institucionais e de negócios, bastante representativos da coesão governo-sociedade, elemento fundamental para que o desenvolvimento sustentável, uma construção coletiva, aconteça. Por fim, e em atenção às disposições do Artigo 8º da Circular 3.068, de 08.11.2001, do Banco Central do Brasil, o BANDES declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL - Em reais Mil				
ATIVO		2018	2017	
CIRCULANTE		547.307	566.805	
DISPONIBILIDADES (Nota 4)		641	3.351	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Notas 3.d e 5)		225.115	288.341	
Aplicações no Mercado Aberto		89.388	68.362	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		135.727	219.979	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC. DERIVATIVOS (Notas 3.e, 6 e 26.j)		54.707	39.020	
Carteira Própria		54.707	39.020	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 3.f e 7)		246.624	212.461	
Operações de Crédito		271.346	232.376	
Setor Público		9.496	9.023	
Setor Privado		261.850	223.353	
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.f)		(24.722)	(19.915)	
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8).....		7.345	12.116	
Rendas a Receber		634	880	
Créditos Específicos		-	205	
Diversos		6.716	12.515	
(Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(5)	(1.484)	
OUTROS VALORES E BENS (Nota 9)		12.875	11.516	
Outros Valores e Bens		14.926	13.173	
(Provisão para Desvalorizações)		(2.123)	(1.786)	
Despesas Antecipadas (Notas 3.g e 9.b)		72	129	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		877.155	931.915	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC. DERIVATIVOS (Notas 3.e, 6)		107.243	124.587	
Carteira Própria		107.243	124.587	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 3.f e 7).....		715.434	754.744	
Operações de Crédito		783.805	823.326	
Setor Público		44.213	51.621	
Setor Privado		739.592	771.705	
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.f)		(68.371)	(68.582)	
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)		54.476	52.570	
Rendas a Receber		1.196	1.804	
Créditos específicos		205	-	
Diversos		54.565	50.803	
(Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(1.490)	(37)	
OUTROS VALORES E BENS		2	14	
Despesas Antecipadas (Notas 3.g e 9.b)		2	14	
PERMANENTE		8.400	7.975	
INVESTIMENTOS (Nota 10)		38	37	
Outros Investimentos		74	74	
(Provisão para Perdas)		(36)	(37)	
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11)		2.141	2.173	
Imóveis de Uso		4.056	4.042	
Outras Imobilizações de Uso		11.208	10.556	
(Depreciações Acumuladas)		(13.123)	(12.425)	
INTANGÍVEL (Notas 3.h.3 e 12)		6.221	5.765	
Ativos Intangíveis		48.855	46.492	
(Amortizações Acumuladas)		(42.634)	(40.727)	
TOTAL DO ATIVO		1.432.862	1.506.695	
PASSIVO		2018	2017	
CIRCULANTE		310.606	290.106	
DEPÓSITOS (Nota 13)		23.243	20.302	
Depósitos à Vista		8.661	10.353	
Depósitos a Prazo		14.582	9.949	
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 14)		207.841	203.255	
BNDES		179.662	176.137	
FINAME		21	4	
FINEP		822	664	
Outras Instituições		27.336	26.450	
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 15)		79.522	66.549	
Cobranças e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		26	91	
Sociais e Estatutárias		211	162	
Fiscais e Previdenciárias (Nota 15.a)		5.185	2.105	
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 15.b)		48.701	43.667	
Diversas		25.399	20.524	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		662.608	767.425	
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 14)		551.709	620.859	
BNDES		500.269	557.957	
FINAME		50	30	
FINEP		4.394	2.304	
Outras Instituições		46.996	60.568	
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 15)		110.899	146.566	
Fiscais e Previdenciárias (Nota 15.a)		3.376	3.746	
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 15.b)		103.229	133.335	
Diversas		4.294	9.485	
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		-	1	
Resultados de Exercícios Futuros		-	1	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		459.648	449.163	
Capital:				
De Domiciliados no País		407.448	407.448	
Reserva de Capital (Nota 16.b)		11.639	11.639	
Reservas de Lucros		64.732	64.256	
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(10.094)	(20.103)	
(Ações em Tesouraria) (Nota 16.d)		(14.077)	(14.077)	
TOTAL DO PASSIVO		1.432.862	1.506.695	

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES
FINDOS EM 30.06.2018 E 30.06.2017 – Em Reais Mil**

	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	59.414	60.471
Operações de Crédito	46.944	35.751
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	12.470	24.720
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(54.549)	(56.549)
Operações de Captação no Mercado	(69)	(116)
Operações de Empréstimos e Repasses	(9.978)	(12.162)
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(44.502)	(44.271)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.865	3.922
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS (Nota 26)	(19.720)	(33.584)
Receitas de Prestação de Serviços	5.845	3.074
Rendas de Tarifas Bancárias	1.258	883
Despesas de Pessoal	(18.303)	(26.503)
Outras Despesas Administrativas	(6.480)	(9.437)
Despesas Tributárias	(2.375)	(2.559)
Outras Receitas Operacionais	1.056	10.151
Outras Despesas Operacionais	(721)	(9.193)
RESULTADO OPERACIONAL	(14.855)	(29.662)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 26.h)	(135)	(427)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	(14.990)	(30.089)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15.a.1)	4.896	9.986
Provisão para Imposto de Renda	(3.022)	-
Provisão para Contribuição Social	(2.526)	-
Ativo Fiscal Diferido	10.444	9.986
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(10.094)	(20.103)
Lucro / Prejuízo por lote de mil Ações – R\$	(0,38)	(0,75)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30.06.2018 E 30.06.2017 – Em Reais mil

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2018	2017
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DO IR E CSLL	(14.990)	(30.089)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.548)	-
Ativo Fiscal Diferido	10.444	9.986
Depreciações e Amortizações	549	2.359
Provisão para Perdas/Desvalorizações	152	185
Reversão de Provisões	(1)	(89)
Lucro / Prejuízo Líquido Ajustado	(9.394)	(17.648)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	35.601	(4.290)
Títulos e Valores Mobiliários	(944)	(6.187)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	-	2.367
Operações de Crédito	58.874	49.951
Outros Créditos	(3.919)	(11.325)
Outros Valores e Bens	25	(17)
Outras Obrigações	(30.330)	(25.823)
Resultado de Exercícios Futuros	(1)	(1)
Depósitos	2.140	(1.910)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(49.650)	(31.506)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.402	(46.389)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Alienação de Bens Não de Uso próprio	2.434	1.780
Inversões em Bens Não de Uso Próprio	(2.972)	(745)
Aplicação no Intangível	(1.222)	(736)
Inversões em Imobilizado de Uso	(211)	(29)
Alienação de Investimentos	-	1.047
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(1.971)	1.317
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de capital	-	47.743
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos e/ou Provisionados	98	392
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM FINANCIAMENTOS	98	48.135
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	529	3.063
MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS		
Início do Período	112	288
Fim do Período	641	3.351
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	529	3.063

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES
FINDOS EM 30.06.2018 E 30.06.2017 – Em Reais mil**

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA			
SALDO EM 31.12.2016	359.705	-	4.813	59.051	-	(463)	423.106
Aumento de Capital (Nota 17.b)	47.743	-	-	-	-	-	47.743
Prejuízo Líquido do Período	-	-	-	-	(20.103)	-	(20.103)
Reservas (Nota 17.c)	-	11.639	-	392	-	(13.614)	(1.583)
SALDO EM 30.06.2017	407.448	11.639	4.813	59.443	(20.103)	(14.077)	449.163
Mutações do 1º semestre/2017	47.743	11.639	-	392	(20.103)	(13.614)	26.057
SALDO EM 31.12.2017	407.448	11.639	5.191	59.443	-	(14.077)	469.644
Aumento de Capital (Nota 17.b)	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo Líquido do Período	-	-	-	-	(10.094)	-	(10.094)
Reservas (Nota 17.c)	-	-	-	98	-	-	98
SALDO EM 30.06.2018	407.448	11.639	5.191	59.541	(10.094)	(14.077)	459.648
Mutações do 1º semestre/2018	-	-	-	98	(10.094)	-	(9.997)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Reais Mil

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações contábeis do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, em face do encerramento do primeiro semestre de 2018 em comparação com o primeiro semestre de 2017. Valores expressos em milhares de reais (R\$ mil), exceto se indicado de outra forma.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, sociedade anônima de capital fechado, é uma entidade de economia mista controlada acionariamente pelo Estado do Espírito Santo.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Na preparação destas demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; e a determinação da vida útil de determinados ativos.

A Diretoria Executiva autorizou a emissão destas demonstrações contábeis em 15 de agosto de 2018.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional do BANDES e de apresentação de suas demonstrações contábeis é o Real (R\$).

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, são utilizados pelo Banco para gerenciamento dos compromissos de curto prazo, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 (noventa) dias. Ambos apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. (Nota 4)

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável. (Nota 5)

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias:

- Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.



- Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.

O valor de mercado é estabelecido com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os títulos e valores mobiliários do BANDES são classificados, em sua integralidade, na categoria “mantidos até o vencimento”. (Nota 6)

f) Operações de crédito, outros créditos com característica de concessão de créditos e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de créditos estão demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações. São classificadas observando:

- (i) Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo);
- (ii) A avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização (*accruals*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas, e a partir do 60º dia em conta redutora do ativo (rendas a apropriar), sendo que o reconhecimento em resultado somente ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos em receitas quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações em atraso classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, descritos no item anterior.

A avaliação da Administração, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de Atraso	Classificação do Cliente
<i>Sem atraso</i>	AA
<i>Até 14 dias</i>	A
<i>De 15 a 30 dias</i>	B
<i>De 31 a 60 dias</i>	C
<i>De 61 a 90 dias</i>	D
<i>De 91 a 120 dias</i>	E
<i>De 121 a 150 dias</i>	F
<i>De 151 a 180 dias</i>	G
<i>Superior à 180 dias</i>	H

Segundo o artigo 5º da Resolução CMN nº 2.697/00, que promoveu alteração na Resolução CMN nº 2.682/99, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos na tabela anterior.

g) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e reconhecidas no resultado de acordo com o princípio de competência. São compostos, basicamente, por dispêndios com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, entre outros. (Nota 9.b)

h) Permanente

Grupo de ativos registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação, amortização e provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor. Subdivide-se em:

- h.1) Investimentos** - Estão representados em sua maioria por recursos aplicados em investimentos por incentivos fiscais. (Nota 10)
- h.2) Imobilizado** - É representado por direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

O imobilizado está atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, líquido da respectiva depreciação, calculada pelo método linear, e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*). No cálculo da depreciação são utilizados os seguintes percentuais:

Especificação	Percentual Anual
Imóveis de uso – edificações	8 %
Sistema de transportes, proc. de dados e comunicação	20 %
Demais itens	10 %

Ganhos e perdas na alienação de ativos são reconhecidos em “Resultado não operacional”.

h.3) Intangível - São direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. O grupo é constituído por gastos com desenvolvimento de sistemas, amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, sendo:

- Provisões/Passivos Contingentes: são constituídas conforme fundamentação dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados em notas explicativas.
- Obrigações Legais – Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) correntes

O imposto de renda é constituído à alíquota-base de 15% (quinze por cento) do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% (dez por cento).

A Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015 elevou para 20% (vinte por cento) a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido durante o período de 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

k) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis em exercícios futuros são calculados pelas alíquotas vigentes na data das demonstrações contábeis, e, registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida ao resultado do período.

O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo será revisado no final de cada período de relatório e terá seu valor reduzido na medida em que não seja mais provável obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução será revertida na medida em que ser tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente. Em decorrência da alteração da alíquota da contribuição social, o BANDES constituiu complemento de crédito tributário, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com estudo técnico realizado.

l) Outros ativos e passivos

Os outros ativos são evidenciados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base *pro rata die*) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos valores de recuperação.

No 1º semestre de 2018, assim como em 2017, não foram detectadas indicações de possíveis desvalorizações do ativo permanente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas diretamente no resultado do período.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	2018	2017
Moeda Nacional (caixa)	1	1
Moeda Nacional (depósitos bancários)	640	3.350
Disponibilidades	641	3.351
Depósitos Interfinanceiros *	135.727	132.160
Aplicações no Mercado Aberto*	89.388	68.362
Total	225.756	203.873

* Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	R\$ mil			
	Prazo de vencimento			
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	Acima de 91 dias	Total
Depósitos Interfinanceiros (1)				
Empresas Ligadas (Banestes S/A)	530	-	-	530
Empresas Não Ligadas	51.246	83.851	-	135.197
Aplicações no Mercado Aberto (2)	89.388	-	-	89.388
Total 2018	141.164	83.951	-	225.115
Total 2017	133.801	66.721	87.819	288.341

- (1) Títulos custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).
- (2) Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	R\$ mil			
	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos Públicos – Brasil				
Letras Financeiras do Tesouro	25.257	29.450	106.213	160.920
Criatec 3 - FIP	-	-	1.030	1.030
Total 2018	25.257	29.450	107.243	161.950
Total 2017	9.492	29.528	124.587	163.607

NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Parcela substancial das operações é originária de repasses de instituições oficiais de crédito, com remuneração básica, na maioria dos casos, constituída por índices pré-fixados, acrescida do percentual da taxa de juros específica da operação.

a) Carteira de crédito por tipo de operação

R\$ mil				
	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Empréstimos	119.312	11	77.051	7
Financiamentos (incluem agroindustriais)	109.115	10	109.918	10
Financiamentos rurais	773.015	73	808.089	76
Financiamentos infraestrutura e desenvolvimento ..	53.709	5	60.644	6
Subtotal	1.055.151	99	1.055.702	99
Outros créditos*	3.089	1	4.012	1
Total das operações de créditos	1.058.240	100	1.059.714	100

* Refere-se à rubrica de Devedores por Compras de Valores e Bens com característica de concessão de crédito. (Vide nota 8)

b) Carteira de crédito por concentração dos principais devedores

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	110.634	10	98.260	9
50 seguintes maiores devedores	97.939	9	74.673	7
100 seguintes maiores devedores	52.014	5	45.832	4
Demais devedores	797.653	76	840.949	80
Total das operações de crédito	1.058.240	100	1.059.714	100

c) Carteira de crédito por vencimento das operações

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Parcelas vencidas a partir de 15 dias	38.013	4	38.487	4
A vencer	1.020.227	96	1.021.227	96
Até 3 meses	62.987	6	79.170	7
De 3 meses a 12 meses	171.095	16	201.606	19
Acima de 12 meses	786.145	74	740.451	70
Total das operações de crédito	1.058.240	100	1.059.714	100

d) Carteira de crédito por setor de atividade

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Setor privado	1.006.332	95	999.070	94
Pessoa Jurídica				
Rural	72.052	7	36.432	3
Indústria	65.613	6	64.230	6
Comércio	75.232	7	46.504	4
Outros serviços	97.171	8	75.854	7
Pessoa Física				
Rural	713.457	67	776.050	74
Setor público	53.709	5	60.644	6
Administração direta municipal	53.709	5	60.644	6
Total das operações de crédito	1.058.240	100	1.059.714	100

e) Composição da carteira de crédito e da provisão por níveis de risco

Níveis Risco	% mínimo provisão	2018				2017	
		Curso Normal	Anormal*	Total Geral	Provisão	Total Geral	Provisão
AA	0	57.122	-	57.122	-	63.583	-
A	0,5	552.940	-	552.940	(2.765)	546.670	(2.733)
B	1	177.649	19.480	197.129	(1.971)	177.049	(1.770)
C	3	51.492	30.557	82.049	(2.461)	119.785	(3.594)
D	10	14.472	43.243	57.715	(5.827)	44.087	(4.409)
E	30	7.142	19.620	26.762	(8.108)	21.296	(6.389)
F	50	4.317	14.999	19.316	(9.785)	28.835	(14.417)
G	70	4.407	7.635	12.042	(8.614)	10.590	(7.413)
H	100	7.386	45.779	53.165	(53.584)	47.819	(47.819)
Total		876.927	181.312	1.058.240	(93.115)	1.059.714	(88.544)

*Inclui parcelas de contratos vencidas e vincendas, com atraso superior a 15 dias.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2018	2017
Saldos iniciais	(76.189)	(66.516)
<i>Constituições</i>	<i>(44.507)</i>	<i>(44.283)</i>
Constituições	(54.671)	(45.204)
Reversões	10.164	921
<i>Transferências para prejuízo</i>	<i>27.580</i>	<i>22.255</i>
Saldos finais	(93.115)	(88.544)

Na movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão incluídos na linha Constituições R\$ 5 (R\$ 12 em 30 de junho de 2017) e nos Saldos Finais R\$ 22 (R\$ 47 mil em 30 de junho de 2017) referentes à provisão para outros créditos de liquidação duvidosa com característica de concessão de crédito, correspondente ao título "Devedores por compra de valores e bens". (Nota 8)

g) Créditos renegociados, lançados a prejuízos e recuperados

	2018	2017
Renegociadas	22.302	41.700
Lançados a prejuízo	27.580	22.255
Recuperados	14.973	6.364

Na composição da rubrica créditos recuperados R\$ 14.973 (R\$ 0 em 30 de junho de 2017), destacam-se nesse 1º semestre de 2018 R\$ 10.104 originados em operação de cessão de créditos registrados em prejuízo, realizada entre as instituições BANDES e FUNDES, nos termos da Lei estadual nº 10.764/17, que alterou a Lei estadual nº 10.262/14 e deliberação do Conselho de Administração do BANDES/Conselho Gestor do FUNDES, em reunião datada de 06/09/2017. A cessão é regida subsidiariamente pelos artigos 286 a 298 do Código Civil Brasileiro e Resolução CMN/BACEN nº 2.836/01.

O total cedido contribuiu para o incremento das receitas de recuperação de créditos componentes do grupo receitas de operações de créditos R\$ 46.944 (R\$ 35.751 em 30 de junho de 2017).

NOTA 8 - OUTROS CRÉDITOS

	2018	2017
Impostos compensados pendentes de homologação (1)	2.183	5.626
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 15 a.6)	48.774	44.167
Devedores por depósitos em garantia	4.670	5.563
Pagamentos a ressarcir	1.646	3.071
Rendas a receber (2)	1.830	2.684
Devedores por compra de valores e bens	3.089	4.012
Outros	1.124	1.084
Provisão para outros créditos (3)	(1.495)	(1.521)
Total	61.821	64.686
Circulante	7.345	12.116
Realizável a Longo Prazo	54.476	52.570

(1) Impostos compensados pendentes de homologação (IRPJ e CSLL) R\$ 2.183 mil (R\$ 2.183 mil em 30 de junho de 2017), referente pagamento excedente nos exercícios sociais de 1997 a 2004. O crédito já está compensado e em fase de homologação pela Secretaria da Receita Federal, concomitantemente, foi registrado um passivo de mesmo valor, conforme Nota 15.a.

(2) Rendas a receber de juros e encargos de mora, devidos pelo FUNDAP conforme Lei Estadual nº 2.508/70 R\$ 88 mil (R\$ 84 mil em 30 de junho de 2017) e Rendas a receber de contratos das linhas BNDES/PRONAF – Equalização de juros R\$ 1.742 mil (R\$ 2.600 mil em 30 de junho de 2017).

(3) Provisão para devedores por compra de valores e bens R\$ 22 mil (R\$ 47 mil em 30 de junho de 2017); provisão para perdas em fundo de crédito rural diferenciado R\$ 1.269 mil (R\$ 1.269 mil em 30 de junho de 2017); e provisão para perdas com outros créditos do Tesouro Nacional R\$ 205 mil (R\$ 205 mil em 30 de junho de 2017).

NOTA 9 - OUTROS VALORES E BENS

a) Outros valores e bens – Bens não de uso próprio

São compostos, basicamente, por imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo custo de aquisição, com base em laudo de avaliação, e deduzido de provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor, de acordo com as normas vigentes.

	2018	2017
Imóveis não de Uso Próprio	2.843	12.125
Bens em regime especial	12.079	1.044
Máquinas e equipamentos	4	4
Bens Não de Uso	14.926	13.173
<i>Provisão para desvalorização</i>	<i>(2.123)</i>	<i>(1.786)</i>
Total	12.803	11.387

b) Despesas antecipadas

Correspondem, basicamente, aos pagamentos antecipados com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, entre outros, totalizando R\$ 74 mil (R\$ 143 mil em 30 de junho de 2017).

	2018	2017
Circulante	72	129
Realizável a Longo Prazo	2	14
Total	74	143

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição atualizado a valor de mercado, retificados por provisões para perdas, efetuadas de acordo com as normas vigentes.

	2018	2017
Investimento por incentivos fiscais (1)	68	68
Títulos patrimoniais	1	1
Bens artísticos	5	5
Provisão para Perdas (2)	(36)	(37)
Total	38	37

(1) Composição: R\$ 38 mil (R\$ 38 mil em 30 de junho de 2017) Certificados de Investimento - FINOR, R\$ 30 mil (R\$ 30 mil em 30 de junho de 2017) Certificados de Investimento – AUDIOVISUAL;

(2) O título Provisão para Perdas é composto de: R\$ 36 mil (37 mil em 30 de junho de 2017) relacionadas à Provisão para Perdas em Incentivos Fiscais FINOR.

NOTA 11 - IMOBILIZADO DE USO

	Custo	Depreciação	Valor Líquido	
			2018	2017
Terrenos	189	-	189	189
Edificações	3.866	(3.478)	388	543
Móveis e máquinas	2.864	(2.453)	411	348
Aparelhagens e sistema de comunicação	350	(309)	41	40
Equipamentos de informática	7.799	(6.728)	1.071	1.004
Sistema de segurança	196	(155)	41	49
Total	15.264	(13.123)	2.141	2.173

NOTA 12 - INTANGÍVEL

O Ativo Intangível está representado, principalmente, por gastos com aquisição, desenvolvimento e modernização dos sistemas operacionais. (Nota 3.h3)

	Custo	Amortização	Valor Líquido	
			2018	2017
Aquisição de Software	4.622	(4.052)	570	701
BI – Consultas	47	(47)	-	-
Sistema de Crédito Eletrônico	496	(496)	-	-
Sistema de Ponto Eletrônico	11	(11)	-	-
Modernização SISBANDES	42.624	(37.366)	5.258	4.800
Site BANDES	1.022	(656)	366	233
Aplicativo para Celular	33	(6)	27	31
Total	48.855	(42.634)	6.221	5.765

NOTA 13 - CAPTAÇÕES DE RECURSOS

Compõem-se de “Depósitos à Vista” e “Depósitos a Prazo” originados, principalmente, de cauções de operações efetuadas com recursos FUNDAP. Os “Depósitos a Prazo” têm vencimento de até 30 dias.

R\$ mil		
Depósitos	2018	2017
À vista	8.661	10.353
A prazo	14.582	9.949
Total	23.243	20.302

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

As “Obrigações por empréstimos e repasses” correspondem substancialmente às captações com órgãos governamentais e fundos administrados pelo Banco, para financiamentos a clientes locais, atualizados monetariamente, quando aplicável, de acordo com as disposições legais e contratuais, conforme a seguir:

R\$ mil					
Posições	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
BNDES	79.668	99.994	179.662	500.269	679.931
Outras Inst. Oficiais	8.056	20.123	28.179	51.440	79.619
2018	87.724	120.117	207.841	551.709	759.550
2017	84.867	118.388	203.255	620.859	824.114

NOTA 15 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

R\$ mil		
	2018	2017
Fiscais e previdenciárias (a)	8.561	5.851
Fundos financeiros e de desenvolvimento (b)	151.930	177.002
Provisão para passivos contingentes (c)	3.796	4.664
Dotação para aumento de capital (d)	8.408	1.973
Provisão para pagamentos a efetuar	6.643	8.938
Credores diversos (e)	10.846	14.433
Sociais e estatutárias	211	162
Outros	26	92
Total	190.421	213.115
Circulante	79.522	66.549
Exigível a Longo Prazo	110.899	146.566

a) Fiscais e previdenciárias

R\$ mil		
	2018	2017
Impostos e contribuições	3.713	506
Impostos e contribuições sobre salários	837	983
Impostos com pedido de restituição (1)	2.183	2.183
Parcelamento impostos de exercícios (2)	1.614	1.977
Outros	214	202
Total	8.561	5.851
Circulante	5.185	2.105
Exigível a Longo Prazo	3.376	3.746

(1) Refere-se à provisão do imposto de renda (R\$ 2.065 mil), contribuição social (R\$ 118 mil) compensados em exercícios anteriores e ainda não homologados pela Secretaria da Receita Federal; (Nota 15.a)

(2) Parcelamento de ISSQN sobre rendas com taxas de administração de fundos de desenvolvimento e com avais e garantias prestadas no período de 01/01/2009 a 31/12/2014.

a.1) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) correntes

Conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado:

R\$ mil		
	2018	2017
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	(14.990)	(30.089)
Adições (exclusões) líquidas:		
Provisões para contingências	303	4.624
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	41.430	43.498
Perdas efetivas de créditos	(14.470)	(23.657)
Outros	290	233
Despesas não dedutíveis	65	27
Base de Cálculo	12.628	(5.364)
Imposto de Renda	(3.022)	-
Contribuição Social	(2.526)	-
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social*	(5.548)	-
Ativo Fiscal Diferido IRPJ	6.815	6.170
Ativo Fiscal Diferido CSLL	3.629	3.816
Total Ativo Fiscal Diferido	10.444	9.986

a.2) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferidos

A Administração, tendo por base premissas internas revisadas anualmente, registra créditos tributários sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social com expectativa de realização de no máximo dez anos.

a.3) Movimentação dos créditos tributários reconhecidos

R\$ mil			
	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 30/06/2017	18.985	25.182	44.167
Valores constituídos	5.332	9.524	14.856
Valores baixados	(5.763)	(4.486)	(10.249)
Saldo em 30/06/2018	18.554	30.220	48.774

a.4) Composição dos créditos tributários

	Diferenças Temporárias	Crédito Tributário		
		CSLL	IRPJ	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	113.652	17.458	28.408	45.866
Provisão para devedores por compra de valores e bens	30	16	13	29
Provisão de ações cíveis, trabalhistas e fiscais	3.796	569	949	1.518
Provisão para indenizações trabalhistas PDI	3.403	511	850	1.361
Total em 30/06/2018	120.881	18.554	30.220	48.774
Total em 30/06/2017	100.726	18.985	25.182	44.167

a.5) Estimativa de realização dos créditos tributários reconhecidos

	Crédito Tributário			Valor presente
	CSLL	IRPJ	Total	
2019	6.606	10.308	16.914	16.371
2020	6.269	10.450	16.719	15.961
2021	2.511	4.185	6.696	6.006
2022	1.175	1.957	3.132	2.538
2023	581	969	1.550	1.273
2024 a 2028	1.412	2.351	3.763	2.332
Saldo em 30/06/2018	18.554	30.220	48.774	44.481
Saldo em 30/06/2017	18.985	25.182	44.167	41.700

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base nas taxas médias de captação do BANDES.

a.6) Créditos tributários não reconhecidos

Em 30 de junho de 2018 não foram constituídos créditos tributários no montante de R\$ 1.208 mil (R\$ 1.463 mil em 30 de junho 2017). O registro será efetuado quando houver atendimento aos aspectos regulamentares e/ou apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudos e análises elaboradas pela Administração, baseadas nas normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

Os “Fundos financeiros e de desenvolvimento”, administrados ou operados pelo BANDES têm registrados em contas patrimoniais R\$ 151.930 mil (R\$ 177.002 mil em 30 de junho de 2017).

R\$ mil		
	2018	2017
FUNDAP	1.010	934
FUNDES	70.366	90.636
FUNDAPSOCIAL	2.363	1.490
FUNCITEC	14.060	12.956
FUNDÁGUA	10	18
PSA FUNDÁGUA	7.124	17.962
FUNDEPAR-ES	47.280	52.815
FUNDESUL	2.568	-
FUNDO RENOVA	6.569	-
FUNSAF	580	191
Total	151.930	177.002
Circulante	48.701	43.667
Exigível a Longo Prazo	103.229	133.335

c) Provisões para processos cíveis, trabalhistas e fiscais

As demandas judiciais e administrativas perante tribunais e órgãos governamentais são decorrentes do curso normal das operações e envolvem aspectos cíveis, trabalhistas e fiscais. Os processos judiciais são acompanhados por escritórios contratados.

A Administração, com base em informações da gerência jurídica, em análise de demandas judiciais e, quanto às ações trabalhistas, na experiência passada em relação às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, de acordo com o seguinte tratamento contábil:

- Risco Provável – são constituídas provisões no valor atualizado da causa.

R\$ mil		
Ações com Risco Provável	2018	2017
Cíveis	1.915	2.840
Trabalhistas	1.881	1.824
Total	3.796	4.664

- Risco Possível e Remoto – não é contabilizada provisão, apenas são mencionados os respectivos montantes em notas explicativas.

R\$ mil		
Ações com Risco Possível e Remoto	2018	2017
Cíveis	50.695	46.755
Trabalhistas	1.057	1.001
Fiscais	26.755	26.328
Total	78.507	74.084

Composição e movimentação das provisões das ações com risco provável:

R\$ mil			
	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 01/01/2017	2.955	1.686	4.641
Atualização Monetária / Constituições	332	138	470
Reversões / Pagamentos	(447)	-	(447)
Saldo em 30/06/2017	2.840	1.824	4.664
Saldo em 01/01/2018	1.844	1.570	3.414
Atualização Monetária / Constituições	75	311	386
Reversões / Pagamentos	(4)	-	(4)
Saldo em 30/06/2018	1.915	1.881	3.796

d) Dotação para aumento de capital

A rubrica “Dotação para aumento de capital” registra R\$ 8.408 mil (R\$ 1.973 mil em 30 de junho de 2017) disponibilizados pelo acionista Estado do Espírito Santo, referentes a Juros Sobre Capital Próprio – JSCP do exercício social de 2015, 2016 e 2017, quitados e retidos conforme determinação do parágrafo único do artigo 9º do Estatuto Social do BANDES.

e) Credores diversos

Na composição da rubrica “Credores diversos” R\$ 10.846 mil (R\$ 14.433 mil em 30 de junho de 2017) destacam-se: R\$ 1.813 mil (R\$ 1.345 em 30 de junho de 2017) referentes deduções das liberações FUN-DAP para futura destinação do Comitê Decisório, conforme Lei Estadual nº 9.937, de 22 de novembro de 2012, e Decreto nº 3194-R, de 28 de dezembro de 2012 e R\$ 1.977 mil (R\$ 7.851 em 30 de junho de 2017) referentes à recomposição de obrigações por refinanciamento de dívidas com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 500 milhões de reais para emissão de ações ordinárias ou preferenciais das classes “A” e “B”, todas nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado totaliza R\$ 407.448 mil.

Composição do capital social em quantidade de ações:

	2018	2017
Ações Ordinárias	17.783.878.147	17.783.878.147
- Estado do Espírito Santo	17.545.240.995	17.545.240.995
- Acionistas Minoritários	238.637.152	238.637.152
Ações Preferenciais	8.844.531.687	8.844.531.687
- Classe “A”	2.795.144.801	2.795.144.801
- Classe “B”	6.049.386.886	6.049.386.886
Total de ações emitidas	26.628.409.834	26.628.409.834
Em tesouraria (ordinárias)	(172.039.828)	(172.039.828)
Em tesouraria (preferenciais – classe “A”)	(629.496.910)	(629.496.910)
Total de ações em circulação	25.826.873.096	25.826.873.096

As ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da instituição, tendo as da classe “A” direito aos dividendos de, no mínimo, 6% (seis por cento) sobre o capital, nunca inferior à maior taxa de dividendos paga a qualquer outra espécie; enquanto as da classe “B” têm direito a dividendos nunca inferiores à taxa atribuída às ações ordinárias.

b) Reservas de capital

As Reservas de capital registram o montante de R\$ 11.639 mil (R\$ 11.639 mil em 30 de junho de 2017) provenientes de transação de permuta de instrumentos patrimoniais com o Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES, aprovada pela Resolução FUNDES nº 06/2016, de 26 de junho de 2016, realizada no 1º semestre de 2017.

O investimento em incentivos fiscais representado por 4.465.723 cotas FUNDES registrado no subgrupo Investimentos do Ativo Permanente ao custo histórico total de R\$ 1.957 mil foi permutado com as 777.374.487 ações BANDES detidas pelo FUNDES. Na negociação, os instrumentos patrimoniais (ações e cotas) foram precificados pela idêntica importância total de R\$ 13.614 mil.

c) Reservas de lucros

No semestre, R\$ 98 mil (R\$ 392 mil em 30 de junho de 2017), referentes dividendos/JSCP prescritos do exercício de 2014, foram incorporados à Reserva Estatutária, do grupo Reservas de Lucros do Patrimônio Líquido, conforme determinação do § 4º do artigo 53 do Estatuto Social.

d) Ações em tesouraria

O montante de ações em tesouraria R\$ 14.077 mil (R\$ 14.077 mil em 30 de junho de 2017) foi maximizado no 1º semestre de 2017 pela permuta de instrumentos patrimoniais efetuada com o Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES. Foram permutadas 4.465.723 cotas de emissão do FUNDES por 777.374.487 ações BANDES, compostas de 172.039.822 ações ordinárias e 605.334.665 ações preferenciais – classe “A”. Com a operação, o investimento em incentivos fiscais representado por cotas FUNDES, registrado no subgrupo Investimento do Ativo Permanente foi liquidado e a participação do FUNDES no capital social do BANDES encerrada.

NOTA 17 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Plano de previdência complementar

Tem por objetivo proporcionar aos empregados e administradores, renda complementar à aposentadoria assegurada pela previdência social. O plano possui as seguintes características: tipo contribuição definida; modalidade plano gerador de benefícios livres (PGBL); custeio paritário entre participante e patrocinador; e investimento dos recursos no fundo de renda fixa, Bradesco Renda Fixa F 10. No semestre, foram apropriadas em despesas com o plano R\$ 733 mil (R\$ 801 mil em 30 de junho de 2017).

b) Programa de desligamento voluntário (PDV)

O programa de desligamento voluntário assegura dentre outros benefícios, o custeio de plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e acidentes pessoais, cesta alimentação, auxílio refeição, auxílio creche/babá, por trinta e seis meses após o desligamento.

A conta patrimonial provisão para indenizações trabalhistas diversas registra saldo de R\$ 3.403 mil (R\$ 5.355 mil em 30 de junho de 2017). No semestre, as despesas com benefícios por desligamento apropriadas em resultado totalizaram R\$ 58 mil (R\$ 8.703 mil em 2017).

NOTA 18 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente na assembleia geral ordinária é fixada a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, conforme Estatuto Social. No primeiro semestre de 2018, as despesas com remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Executiva totalizaram R\$ 734 mil (R\$ 682 mil em 30 de junho de 2017).

NOTA 19 - ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

O total dos patrimônios líquidos dos fundos financeiros e de desenvolvimento administrados pelo BANDES, registrados em contas de compensação, atingiu 471.724 mil (R\$ 425.213 mil em 30 de junho de 2017).

Fundos Públicos	Patrimônio Líquido	
	2018	2017
FUNDES	185.470	165.361
FUNDAP	120.320	110.997
FUNDAPSOCIAL	2.371	2.256
FUNDEPAR-ES	148.356	146.599
FUNDESUL	4.884	-
FUNDO RENOVA	10.323	-
TOTAL	471.724	425.213

NOTA 20 - OPERAÇÕES DE FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

Conforme estabelecido em normas específicas, o BANDES auferi receitas pela prestação de serviços de operação de fundos financeiros e desenvolvimento e remunera as obrigações referentes aos recursos não alocados.

Fundos	Rendas de Administração		Despesas sobre Disp. de Recursos	
	2018	2017	2018	2017
FUNDES/ES (1)	2.805	1.910	1.686	2.945
FUNDAPSOCIAL (2)	-	-	53	36
FUNDEPAR-ES (3)	1.558	84	1.207	1.843
FUNCITEC (4)	-	-	359	343
FUNDAGUA (5)	-	-	-	-
PSA FUNDÁGUA (6)	793	639	266	742
FUNSAF (7)	1	-	1	7
FUNDESUL (8)	52	-	65	-
FUNDO RENOVA (9)	-	-	132	-
TOTAL	5.209	2.633	3.769	5.915

	Rendas de Administração	Despesas sobre Disp. De Recursos
(1)	3% ao ano, calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo atualizado.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(2)	A taxa de Administração foi extinta a partir de 2016.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(3)	2,1% ao ano, calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(4)	Recursos não remunerados.	Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).
(5)	3% sobre o ingresso de recurso no fundo	100% do rendimento diário do CDI.
(6)	10% sobre as liberações efetuadas no mês	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(7)	Recursos não remunerados.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(8)	2,1% ao ano, calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo atualizado.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(9)	Não aplicável.	IPCA defasado de 02 (dois) meses.

NOTA 21 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL

O BANDES define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A estrutura de gestão do risco operacional do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Compliance e Controles Internos – GERCO, Comitê de Controles Internos e Riscos – COCIR e Auditoria Interna – AUDIT.

As políticas e diretrizes para gerenciamento do risco operacional são aprovadas e revisadas, no mínimo anualmente, pelo Conselho de Administração, sendo executadas pela Gerência de Compliance e Controles Internos – GERCO, unidade totalmente segregada da área de negócio e da auditoria interna. A estrutura de gerenciamento envolve processos e ferramentas para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos operacionais, tendo como instrumento principal a auto avaliação dos riscos e controles internos.

NOTA 22 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O fator de risco de mercado preponderante no BANDES é a taxa de juros em reais – definido como perdas potenciais devido a mudanças inesperadas nas taxas de juros, haja vista que a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece que a composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários do BANDES classifica-se na categoria de “Títulos Mantidos até o Vencimento”, definidos como títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento.

A estrutura de gestão do risco de mercado do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos – GERIS, Comitê de Gestão de Tesouraria – COGET, Comitê de Controles Internos e Riscos – COCIR e Auditoria Interna – AUDIT. O gerenciamento do risco de mercado no BANDES possui como ferramenta principal o cálculo e monitoramento diário do VaR (Value at Risk) das exposições, comparando-o com o limite de perda definido pela Diretoria Executiva. São realizados também testes de estresse trimestrais, a fim de estimar possíveis perdas da instituição em condições extremas de mercado.

NOTA 23 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

O BANDES define o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Compreende ainda a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante, a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito, bem como o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do BANDES é composta pela Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos – GERIS, Comitê de Crédito – COCRE, Comitê de Controles Internos e Riscos – COCIR, Auditoria Interna – AUDIT e pelas unidades organizacionais responsáveis pela captação, análise, concessão, acompanhamento, liberação, cobrança e negociação de créditos.

O monitoramento é realizado pela Gerência de Riscos, utilizando-se de diversas ferramentas, tais como, relatórios de acompanhamento do risco de crédito da carteira, avaliação periódica do modelo de classificação do risco de crédito das operações, realização de testes de estresse, e avaliação das perdas associadas ao risco de crédito.

NOTA 24 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como: 1) a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e; 2) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de gestão do risco de liquidez do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, pela Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos – GERIS, Gerência Financeira – GEFIN, Comitê de Gestão de Tesouraria – COGET, Comitê de Controles Internos e Riscos – COCIR e Auditoria Interna – AUDIT. A Gerência de Riscos elabora projeções de cenários de liquidez com a realização periódica de testes de estresse, monitorando a reserva mínima de liquidez e as aplicações financeiras do BANDES. O Comitê de Gestão de Tesouraria assessora a Diretoria no processo de concepção, formulação e elaboração da Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez e também recomenda ações e medidas para o aprimoramento das mesmas.

NOTA 25 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

No BANDES, o gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de: monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A estrutura de gestão de capital do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos – GERIS, Gerência de Controladoria – GECON, Gerência de Desenvolvimento, Planejamento e Inovação – GEDEP e Comitê de Gestão de Capital – COGEC. A gestão de capital consiste, portanto, no conjunto de processos que visam assegurar que a instituição mantenha uma adequada base de capital, para apoiar o desenvolvimento de suas atividades e fazer face aos riscos assumidos, além de atender os requerimentos regulatórios de capital. Os instrumentos de gestão de capital do BANDES incluem a identificação e avaliação dos riscos relevantes, o monitoramento do capital, plano de capital, testes de estresse, e relatórios gerenciais sobre a adequação do capital. Os relatórios de acesso público evidenciando a descrição das estruturas de gerenciamento de riscos estão disponibilizados no endereço eletrônico www.bandes.com.br.

NOTA 26 - OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Ativos segurados (não auditados)**
Os seguros contratados são suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros.
- b) Receitas de prestação de serviços**
Correspondem, substancialmente, às rendas de análise de projetos de investimento, registro de contratos, fornecimento de atestados, certificados e declarações, entre outras.

	2018	2017
Rendas de prestações de serviços	526	401
FUNDAP	59	41
FUNDEPAR	1.558	83
FUNDES/ES	2.805	1.910
PSA FUNDÁGUA	793	639
Outras	104	-
Total	5.845	3.074

c) Despesas de pessoal

	2018	2017
Honorários - Conselhos (Administração e Fiscal) e Diretoria	(800)	(744)
Benefícios	(3.432)	(3.197)
Encargos sociais	(4.118)	(7.784)
Proventos	(9.027)	(14.133)
Treinamento	(304)	(89)
Bolsa auxílio estágio	(622)	(556)
Total	(18.303)	(26.503)

d) Outras despesas administrativas

	2018	2017
Água, energia e gás	(359)	(366)
Aluguéis	(27)	(30)
Comunicações	(458)	(392)
Manutenção e conservação de bens	(650)	(556)
Material	(23)	(23)
Processamento de dados	(963)	(628)
Promoções/Relações públicas	(218)	(409)
Propaganda e publicidade	(101)	(744)
Publicações legais	(79)	(139)
Seguros	(3)	(3)
Serviços de vigilância	(160)	(159)
Serviços do Sistema Financeiro	(363)	(331)
Serviços de terceiros	(137)	(136)
Serviços técnicos especializados	(717)	(576)
Transportes	(66)	(69)
Viagem no país/exterior	(226)	(203)
Despesas com processos judiciais	(854)	(1.603)
Outras despesas (condomínio, assinaturas, treinamentos, etc.)	(527)	(711)
Amortização e depreciação	(549)	(2.359)
Total	(6.480)	(9.437)

e) Despesas tributárias

	2018	2017
IPTU, Taxas, ISSQN	(384)	(216)
Contribuição ao COFINS	(1.713)	(2.016)
Contribuição ao PIS/PASEP	(278)	(327)
Total	(2.375)	(2.559)

f) Outras receitas operacionais

	2018	2017
Recuperações de encargos e despesas	228	2.755
Reversão de provisões judiciais, prev. privada e PDV	375	4.547
Atualização monetária equalização juros BNDES/Pronaf ...	-	1.726
Atualização Selic s/ tributos a compensar	-	282
Atualização depósitos judiciais	107	165
Outras rendas operacionais	346	676
Total	1.056	10.151

g) Outras despesas operacionais

	2018	2017
Provisões para ações cíveis, fiscais e trabalhistas	(619)	(469)
Provisão para indenizações trabalhistas PDV	(58)	(8.702)
Outras despesas operacionais	(28)	(11)
Despesas com utilização SISBACEN	(16)	(11)
Total	(721)	(9.193)

h) Resultado Não Operacional

	2018	2017
Resultado na alienação de valores e bens	-	(362)
Reversão de provisões de outros valores e bens	2	97
Outras rendas não operacionais	162	198
Desvalorização de outros valores e bens	(160)	(203)
Perdas em ações e cotas*	(139)	(137)
Despesas com bens não de uso	-	(20)
Total	(135)	(427)

* Provisão para desvalorização de cotas do Fundo CRIATEC 3 – FIP (Nota 6) e Reversão de perdas em contas Finor (Nota 10).

i) Limites operacionais (Acordo da Basileia)

Observando-se os requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.193/13, em 30 de junho de 2018, foram apurados os seguintes valores:

Indicador	Percentual apurado	Mínimo requerido
Patrimônio de Referência comparado com o RWA* (Índice de Basileia)	35,74%	8,62%
Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA	35,74%	6,00%
Capital Principal comparado com o RWA	35,74%	4,50%

*RWA = Risk-Weighted Assets (Ativos Ponderados pelo Risco)

j) Operações com instrumentos derivativos

O BANDES não realiza operações com instrumentos derivativos.

k) Pagamento baseado em ações

O Banco não possui benefícios em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11.

l) Pronunciamentos Técnicos do CPC

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

CPC	Assunto	Resolução CMN nº
00 (R1)	Pronunciamento Conceitual Básico	4.144/2012
01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/2008
02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	4.524/2016
03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/2008
04 (R1)	Ativo Intangível	4.534/2016
05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/2009
10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	3.989/2011
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro	4.007/2011
24	Evento Subsequente	3.973/2011
25	Provisões, Passivos e Ativos Contingentes	3.823/2009
27	Ativo Imobilizado	4.535/2016
33 (R1)	Benefícios a Empregados	4.425/2015

Com base na Resolução CMN nº 3.786/09 e nas Circulares BACEN nº 3.472/09 e 3.516/10, o BANDES esclarece que não possui a obrigatoriedade de elaborar e divulgar demonstrações contábeis no padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, uma vez que tal obrigatoriedade abrange somente as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta, ou ainda, que estejam sujeitas à constituição de comitê de auditoria. O CMN não estimou quando irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem se quando recepcionados terão efeitos retroativos, dessa forma não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis do BANDES.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Roberto da Cunha Penedo – Presidente
Aroldo Natal Silva Filho – Vice-Presidente
José Teófilo Oliveira
Orlando Caliman

Gustavo Lisboa Cruz
Valber Pinheiro Padilha
Robson Luiz Avelino Pereira

CONSELHO FISCAL

Ana Maria Carvalho Lauff
Dayse Maria Oslegher Lemos
Jefferson Vargas Barbosa

DIRETORIA EXECUTIVA

Aroldo Natal Silva Filho
Diretor-Presidente

Everaldo Colodetti
Diretor de Crédito e Fomento

Denise de Moura Cadete Gazzinelli Cruz
Diretora de Administração e Finanças

CONTADOR

Valdir dos Santos
CRC/ES 13.555/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e à Administração do
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES

Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES - ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de Agosto de 2018.

MACIEL AUDITORES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
CRC RS - 059.628/O-2
Sócio Responsável Técnico